



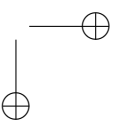
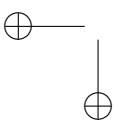
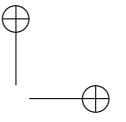
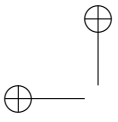
**DA ÉTICA EM LOUIS
LAVELLE**



Américo Pereira

2009

www.lusosofia.net





LUSOSofia:press

Covilhã, 2009

FICHA TÉCNICA

Título: *Da Ética em Louis Lavelle*

Autor: Américo Pereira

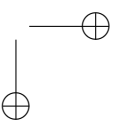
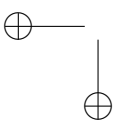
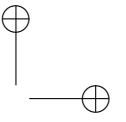
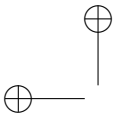
Colecção: Artigos LUSOSOFIA

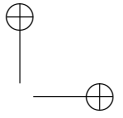
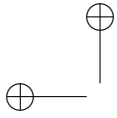
Design da Capa: António Rodrigues Tomé

Composição & Paginação: José M. Silva Rosa

Universidade da Beira Interior

Covilhã, 2009





Da Ética em Louis Lavelle*

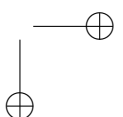
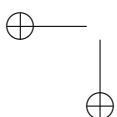
Américo Pereira

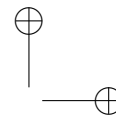
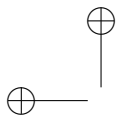
Universidade Católica Portuguesa

Conteúdo

Filosofia como Escalada	4
Do Acto da Pessoa	8
Da Única Alternativa Ontológica: Acto ou Nada	12
A Construção Ética do Acto Humano	13
Ética, Ontologia e Antropologia	14
Do Valor como Transcendental Não-subjectivo	17
O Bem como Único Verdadeiro Real	20
O Amor como Único Acto Real	22
Da Angústia como Tensão Infinita para uma Plenitude Infinitamente distante	25

*N.B. – O texto tem por base a Conferência homónima proferida no Instituto de Filosofia da Prática da Universidade da Beira Interior, no dia 18 de Março de 2009.



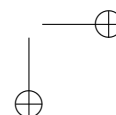
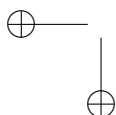


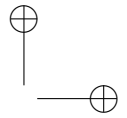
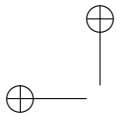
Filosofia como Escalada

Inicia-se com as seguintes palavras a obra fundamental de Louis Lavelle, *De l'acte*, datada de 1934: “Le chemin qui conduit vers la métaphysique est particulièrement difficile. Et il y a peut d’hommes qui acceptent de le gravir. Car il s’agit d’abolir tout ce qui paraît soutenir notre existence, les choses visibles, les images e tous les objets habituels de l’intérêt ou du désir. Ce que nous cherchons à atteindre, c’est un principe intérieur auquel on a toujours donné le nom d’*acte*, qui engendre tout ce que nous pouvons voir, toucher ou sentir, qu’il ne s’agit point de concevoir, mais de mettre en œuvre, et qui, par le succès ou par l’échec de notre opération, explique à la fois l’expérience que nous avons sous les yeux et la destinée que nous pouvons nous donner à nous même”.¹

Na filosofia de Lavelle, *do ponto de vista do acto próprio do ser humano, o ético coincide com o ontológico*. Grande conhecedor da aventura do pensamento humano, mormente da nossa tradição, Lavelle não ignora a tradicional aversão relativa à identificação do ético próprio do ser humano com o ontológico próprio do ser humano. Mas Lavelle nunca foge às questões e convive, ao longo de sua vasta obra, com as mais graves e profundas. O sentido do caminho ascencional feito por escalada é bem indicativo do entendimento que tem do sentido e da dificuldade inerentes ao trabalho filosófico, trabalho de que é digno apenas quem tem a coragem de escalar as mais íngremes e possivelmente letais escarpas da montanha do *questionamento fundamental* acerca do que é, incompatível

¹ LAVELLE Louis, *De l'acte*, Paris, Aubier, 1992, prefácio de Bruno Pinchard, p. 9 (publicação original em 1934, reedições 1939 e 1946).





com facilidades, demissões ou compromissos com o inessencial, insubstancial, não-fundamental.

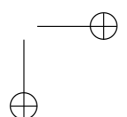
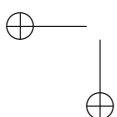
Não é, pois, este filósofo² um homem alinhado com modas ou modais escolas de pensamento, todavia não as desconhecendo, bem como ao pensamento sério, possuindo, pelo contrário, uma vasta obra de apresentação crítica de trabalhos de ciência e cultura, mormente suas contemporâneas, em áreas que se espriam desde a ontologia e a ética, até à física, à fenomenologia, à epistemologia, aos estudos clássicos, para mencionarmos apenas alguns exemplos.³ Relaciona-se com elas como e com um espírito rigoroso, mas livre, apenas norteado pelo mesmo sentido que vai descobrindo e construindo ao longo de uma vida dedicada ao confronto inteligente com tais problemas fundamentais com que se depara o ser humano enquanto entidade propriamente pensante e propriamente crítica. O pensamento de Lavelle é sempre um pensamento livre e crítico.

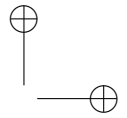
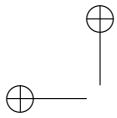
Já na sua primeira grande obra, *De l'être*,⁴ datada de 1928, Lavelle não hesita em afirmar: “L’identification de l’être et de l’acte nous permettra de définir notre être propre par la liberté. Nous créons notre personne spirituelle comme Dieu crée le monde.” (p. 47) Imediatamente, Lavelle situa a dignidade ontológica e ética do ser humano ao mesmo nível do próprio Deus, pessoa em construção, e em *construção dinâmica*, num movimento espiralado ascendente e em alargamento, não apenas dialético, mas sempre numa ininterrupta sucessão de encruzilhadas éticas e políticas, em que o

² Sobre a vida e a obra de Lavelle, remetemos para o estudo de Jean École, *Louis Lavelle et le renouveau de la métaphysique de l'être au XXe siècle*, Hildesheim-Zürich-New York, Georg Olms Verlag, 1997.

³ *La philosophie française entre les deux guerres*, Paris, Aubier, 1942, 278 pp.; *Panorama des doctrines philosophiques*, Paris, Albin Michel, 1966, 232 pp.; *Science, Esthétique, Métaphysique*, Paris, Albin Michel, 1967, 264 pp.; *Psychologie et spiritualité*, Paris, Albin Michel, 1967, 268 pp.

⁴ LAVELLE Louis, *De l'être*, Paris, Aubier, Éditions Montaigne, 1928, reedição, 1947.



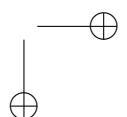
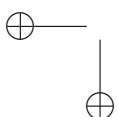


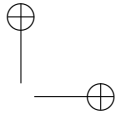
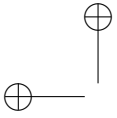
diálogo com o *poder ser* é um diálogo com algo de infinito, infinitamente rico de potencialidades.

Para Lavelle, *do ponto de vista da pura actualidade de cada acto*, não há diferença entre o acto livre do homem e o acto livre de Deus: o acto, na sua única oposição possível ao absoluto do nada, é sempre divino, no sentido de que cada acto cumpre o preciso papel, infinito em consequências na sua mesma finitude pontual, de *erguer absolutamente* o ser contra a ameaça do nada. Assim sendo, *todo o acto partilha do mesmo carácter divino de criação de algo* que, por ser, por estar, por ter presença ontológica, impede o nada de ser. Cada acto é um movimento absoluto que dinâmica e cinematicamente, do ponto de vista ontológico, ergue o ser, melhor, se ergue a si próprio, no e como o acto que é, a este nível com nada comparável e a nada redutível. Como diria Fernando Pessoa: “E ser possível haver ser é maior do que todos os Deuses”.⁵

Assim sendo, *do ponto de vista da pura actualidade de qualquer acto*, não há qualquer diferença: todo o acto é igualmente acto, como acto, enquanto acto, do mais ínfimo ao infinito acto universal. *A diferenciação dá-se no modo do ser*, infinita diferen-

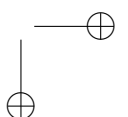
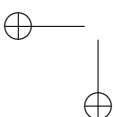
⁵ PESSOA Fernando, *Poesias de Álvaro de Campos*, Lisboa, Ática, 1980, poema “Ah, perante esta única realidade que é o mistério”, pp. 94-96, último verso do poema. Interessante consonância esta, acerca do verdadeiramente divino como o absoluto da possibilidade de ser; isso sem o que, absolutamente, nada, absolutamente nada. Como é óbvio, para além deste ponto em que a intuição metafísica dá este absoluto de possibilidade, nada mais se pode dizer acerca da actualidade própria de Deus, sendo que a capacidade humana de intuição apofântica é, por si mesma, muito limitada, sendo o cerne ontológico de Deus apofático, não apofântico. Tal, por outro lado, precisamente do lado de uma possível teofania humanamente adequada, confere importância extrema a esta mesma manifestação revelativa, epifânica, teofânica. Mas, então, é o próprio Deus que se dá, na forma de um dom de que o ser humano é capaz, forma transcendente de o absoluto do possível se tornar humanamente inteligível, sem ser a partir do ascensional esforço filosófico do homem. Sem esta Revelação, o ser humano nada mais poderia saber de Deus para além de que é isso que infinitamente se opõe ao nada.

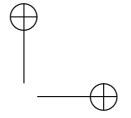
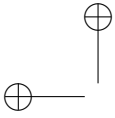




ciação possível e actual do acto, mas sempre na forma *de acto*. Deste modo, o ser próprio do ser humano coincide não com algo que lhe seja apenas dado, mas sobretudo com isso que é a sua *acção*, seu acto próprio: só sou, eu próprio, o acto que de mim faço; o mais é não-eu, é-me transcendente, ontologicamente transcendente e define o âmbito da transcendência, sempre política. A ética é sempre imanente e define activa e actualmente o âmbito próprio do acto de cada ser humano, assim verdadeiramente pessoa, porque ontologicamente incomunicável, com todas as óbvias consequências ontológicas, éticas e políticas decorrentes.

Há, pois, uma divisão que se impõe entre o que é próprio da imanência de isto que sou, que é o acto que sou, e isso que me transcende, que não faz parte do acto que sou, senão quando, de algum modo, o imanentizo: embora em necessária relação, o âmbito próprio meu é o âmbito do ético, o mais pertence ao âmbito do político, isto é, ao âmbito das relações possíveis ou actuais com isso que me transcende enquanto acto que propriamente sou. E é nestes dois âmbitos, e apenas nestes dois âmbitos, que decorre tudo isso que é a minha presença como acto, no seio de um acto que me transcende, mas de que tenho notícia apenas porque essa mesma transcendência ressoa em minha mesma imanência. Este campo, mais do que um campo de existência – possível ou realizada –, é o campo da *presença ontológica*, presença que se dá na forma do ser, isto é, do *sentido que para mim próprio crio*, na relação da minha imanência ética com a transcendência política, transcendência que eticamente imanentizo ou eticamente crio. *Toda a possibilidade e realidade humana se dá nesta relação dialéctica entre o que posso vir a ser e me transcende e o que sou e me é propriamente imanente*. É esta dialéctica que me ergue ontologicamente e que ergue ontologicamente o que é comigo, numa “dialéctica do eterno presente”, título unificador para a magna e inacabada obra de Lavelle, em cinco tomos, acerca do acto próprio da presença, absolutamente entendida.



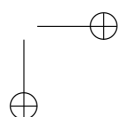
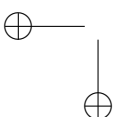


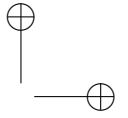
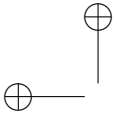
A ética, em Lavelle, não é, assim, uma mera disciplina, mais ou menos científica, que estude a acção do ser humano, antes é o mesmo ser humano enquanto se cria a si próprio, como Deus cria o restante do ser.

Do Acto da Pessoa

Para Lavelle, há, ontologicamente, na pessoa, dois níveis ontológicos fundamentais: o primeiro, *dado* e apenas dado, diz respeito à sua mesma *possibilidade*, corresponde ao acto da sua criação, que é um acto de possibilidade ou de possibilitação, na forma da abertura ontológica a todo um infinito virtual de possibilidades propriamente a realizar, a partir de um nada de si mesma, acto que em nada depende da pessoa, dessa mesma pessoa. Criada por Deus, neste acto – e apenas neste acto – de criação, a pessoa é um acto político totalmente heteropoiético e heterónimo, quer dizer, *o seu acto, na forma de seu absoluto de possibilidade não depende da sua imanência ética, antes de algo externo, transcendente*, se bem que imanentizado na forma da indelével presença do acto criador na criatura. É, aliás, este acto que funda a relação entre imanência e transcendência e serve de paradigma a toda a relação possível, sempre criadora.

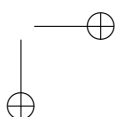
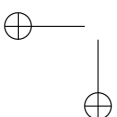
O segundo nível, embora decorra, como possibilidade de desenvolvimento de uma possibilidade ontológica, do primeiro, corresponde ao *acto próprio de auto-criação do ser da pessoa pela própria*, mesma *pessoa*, é um nível totalmente autopoiético e autónomo. Assim, há uma total e absoluta autonomia da pessoa, a partir do primeiro momento não-autónomo de sua fundação: posto este, *tudo o que é pessoal na pessoa dela própria depende*. A pessoa é, assim, absolutamente livre ou, na única alternativa possível, não é pessoa alguma, apenas mais uma coisa entre coisas outras.

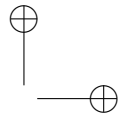
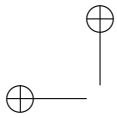




Um dos pontos mais interessantes do pensamento de Lavelle reside precisamente neste entendimento do acto que põe a possibilidade da pessoa não como um acto de condicionamento tirânico das possibilidades a realizar, mas como o *acto único*, próprio de cada *possível pessoa*, que permite que essa pessoa possa vir a ser isso para que essa possibilidade ontológica abra, na plenitude ontológica potencial positiva possível. Assim, e apesar de todas as experiências de sofrimento que Lavelle teve em sua activíssima vida, não encontramos na sua filosofia um qualquer impotente lamento auto-complacente relativo ao modo da possibilidade incoativa própria. Pelo contrário, Lavelle percebe que cada um destes actos de possibilidade dados é precisamente isso que permite a minha possível diferença, como diferença inicial dada, que me compete assumir e aprofundar no sentido da construção auto-poética, verdadeiramente *criadora de uma diferencialidade própria*, autónoma e irreductível, que faz de mim não apenas uma qualquer iteração de etiologia causalista e heterónoma, mas uma *identidade narrativa, auto-narrativa e auto-poiética*, em que não sou o mero observador de forças que em mim se cruzam e a mim condicionam, mas o mesmo *narrador poiético* – verdadeiro actor, agente, portanto – de meu acto, acto inenarrável seja por quem for diferente de mim, mesmo por Deus: *nada, absolutamente nada pode substituir isto que sou enquanto acto narrativo de mim mesmo*. Aqui, sou absolutamente livre, sob pena de não ser de todo. Deste ponto de vista, ou a absoluta liberdade ou a aniquilação. Se Deus escolher na minha vez, nesse acto, aniquila-me como pessoa. Na filosofia de Lavelle, insisto que estou, desde o acto de minha criação, no seio de um acto infinito, *crio-me em Deus*, mas Deus já não me pode criar por mim: o que tinha a dar-me deu-me em *toda a dimensão de infinita possibilidade* no acto em que me criou. Nesse acto, acompanha-me, mas não se me substitui.

Assim, o acto da pessoa é essencial e substantivamente algo de radicalmente autónomo em termos ontológicos, no que ao ser-

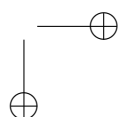
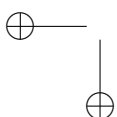


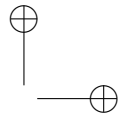
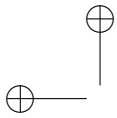


viço de minha mesma possibilidade diz respeito. Mas este acto, enquanto acto de criação de mim próprio, é algo de fundacionalmente ético, pois tudo o que de mim posso fazer, a partir do tal dado incoativo em que não estive propriamente presente – no que seria um néscio anacronismo ontológico, digamos assim – nasce neste e deste foro que define a minha interioridade própria e que coincide com o mesmo *lugar do sentido que vou sendo*, sentido que se confunde com a totalidade da mesma presença de tudo num acto de inteligência, sem o qual nada é referenciável, nada realmente é, pois nada é ou pode ser para além do sentido presente, deste absoluto semântico que me ergue ontologicamente e, comigo, o restante do ser.

Assim, o acto de cada pessoa coincide com um acto de ser de uma inteligência em que tudo surge como universal ser na forma do sentido, *logos kairotikos*, sem o qual nada, absolutamente nada, como diria Pessoa. Sendo estruturalmente um platónico, neste ponto fundamental da fundação ontológica da pessoa num acto de inteligência, Lavelle dialoga permanentemente com Agostinho, nessa angustiante e definitiva intuição acerca da *única realidade do presente*, presente absoluto em que tudo vem à notícia, notícia verdadeiramente ontológica, notícia que não é um conhecimento mínimo, antes *a porta de acesso ao todo do acto*, de que o presente humano mais não é do que uma restrita imagem móvel.

Escandalosamente, a ética ontológica de Lavelle não diz respeito à tradicional faculdade vontade, ou sequer à relação entre a vontade e a inteligência, faculdades como que hipostasiadas, mas *a um acto holístico de isso que é o acto de ser próprio de cada ser humano*, da pessoa, entendida como um acto de sentido ou de inteligência, vista como isso que, perante a possibilidade da realização de um possível acto, escolhe essa possibilidade, eliminando todas as infinitas outras possíveis, criando, assim, para si mesma e na sua mesma forma própria, *o absolutamente novo real de seu acto*,



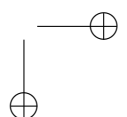
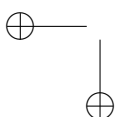


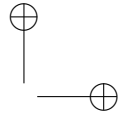
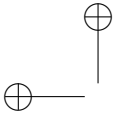
sendo, deste modo, verdadeiramente pessoa, pois verdadeiramente autónoma e verdadeiramente livre.

Estamos muito longe das morais burguesas e mercantis em que uma pobre vontade escolhe por díades: a pessoa, para Lavelle, em cada acto de escolha, isto é, *sempre*, funciona como se fosse um deus ou mesmo Deus, *elegendo absolutamente um possível de entre infinitos eventuais possíveis*. Nesta escolha e por esta escolha, cada pessoa, para além de *criar um absoluto de inaudita novidade para si própria*, cria também, um absoluto de inaudita novidade para o restante do acto que acompanha o seu acto, ou, se se quiser utilizar uma linguagem mais comum, para o universo, sentido mais lato possível. Pode assim, Lavelle dizer que o ser humano é criado criador. A pessoa não é uma mera entidade produtora, construindo sempre coisas “velhamente novas”, a partir de materiais velhos: não, cada acto seu, *por ser sempre inaudito*, de um ponto de vista absoluto, põe algo de novo e o novo, *pelo absoluto da diferença ontológica que aporta ao real*, é sempre criado, seja em que nível for.

Compreende-se, deste modo, a importância da presença ontológica do ser humano: a sua capacidade de criação tem um poder espantoso de introdução de absoluto de novidade no todo do ser de que o mesmo ser humano é capaz e no todo do ser em geral. Ora, toda esta capacidade nasce em sua mesma interioridade ética, podendo transcender-se para a sua exterioridade, transcensão que define o domínio próprio do político. O acto de cada pessoa não define apenas o que essa pessoa é eticamente – seria um acto puramente ensimesmado e incomunicável a qualquer nível –, mas define também, sempre que esse acto transcende a mesma pura interioridade ética, o universo político, universo da transcensão activa da pura ética pessoal.

Muito diferente é esta posição de uma ética concebida de modo restrito como ciência ou como universo dos actos “certinhos” segundo um qualquer paradigma imposto politicamente. O âmbito



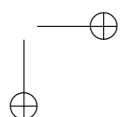
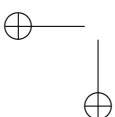


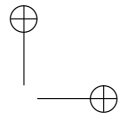
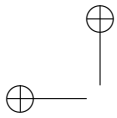
da ética, para Lavelle, é o âmbito da constituição e construção ontológica de cada pessoa e do universo da interpessoalidade, isto é, da política, em sentido inter-humano, e da diferença própria de que o ser humano é capaz na relação política também com o restante do que o transcende e que não é humanamente redutível, seja a chamada natureza seja, por exemplo, o próprio Deus. Como um corolário óbvio possível, podemos ver já que a religião é uma forma política, com todas as consequências imagináveis. Resumindo, *a ética é o domínio fundamental próprio da ontologia humana*. Não é uma disciplina ou um qualquer sub-conjunto do acto próprio do ser humano, é o mesmo acto do Homem em humano acto.

Da Única Alternativa Ontológica: Acto ou Nada

A intuição matriz do pensamento de Lavelle, sem a compreensão da qual nada se compreende neste filósofo, diz respeito à contraditoriedade entre o acto e o nada. Ler Lavelle, faz-nos sorrir acerca de certas tentativas de resolução da suposta oposição entre Parménides e Heraclito, através da composição ilógica entre o ser e o nada na forma do devir, forma supremamente mágica de “ergonizar” isso que nunca pode ter acto algum e cujo ser se limita à estranha presença de uma intuição acerca da impossibilidade de qualquer intuição. E do nada, mais nada. Lavelle toma a sério a contraditoriedade entre acto e nada, tirando as necessárias consequências decorrentes, obviamente desprezando qualquer possibilidade de mágica composição.

Independentemente de qualquer forma, modo, etc., *há qualquer coisa*. Este “haver qualquer coisa” é um absoluto: mesmo que se diga, por exemplo, que tal é ilusão, então nada mais se faz do que

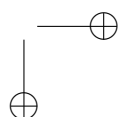
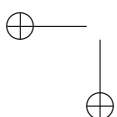


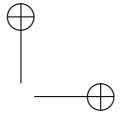
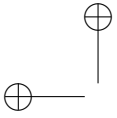


renomear o que há, chamando-lhe “ilusão”, poder-se-ia chamar-lhe outra coisa qualquer, é irrelevante. *Há um acto de inteligência*. Este acto, impossível com o nada, elimina não só o nada como a sua possibilidade, pois esta é indiscernível da sua mesma... .. E, agora, exactamente porque de tal não há experiência, faltam mesmo as palavras.

Este acto de sentido do absoluto da presença, acto a que Lavelle chama “acto de consciência metafísica”, funda toda a possibilidade da humana ontologia e funda-a literalmente como *onto-logia*, isto é, o ser humano é um acto de inteligência: fora deste acto – faça-se a experiência – nada há, nada há que seja referenciável em termos humanos. Ora, a humana referência, em termos absolutos, é a única de que somos capazes, a única que existe, não para nós, mas *na nossa mesma forma*: é exactamente o que somos.

A pessoa está, pois, sempre do lado alternativo do acto. Sem o acto da pessoa, do ponto de vista do único sentido de que somos, fomos e sempre seremos capazes, sem este acto, nada. *Todo o sentido, toda a possibilidade do sentido passa pelo acto de ser humano*. Percebe-se, então, a importância extrema, absoluta que a pessoa tem. Cada pessoa não é apenas uma entidade individual-ética ou comunitária-política, é todo o mundo real e possível que o acto de inteligência que é ergue. Se eliminarmos todas as pessoas, todo o sentido conhecível desaparece. Todo. Não esqueçamos que todas as puras especulações acerca de outras formas ditas não humanas de inteligência nada mais são do que formas de projecção da mesma inteligência humana sobre outras entidades, sejam elas o ratinho de laboratório, os extraterrestres, os “anjinhos” ou mesmo Deus.

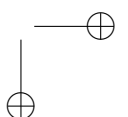
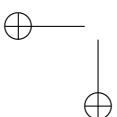


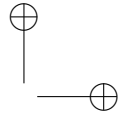
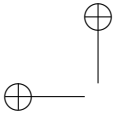


A Construção Ética do Acto Humano

O acto de ser humano constrói-se, cria-se autopoieticamente através da mesma acção do homem, indiscernível de seu próprio acto enquanto pessoa. É verdadeiramente humano isso que é próprio do ser humano enquanto fruto de seu labor ético de auto-construção, o mais está em relação com ele como o seu futuro cadáver estará, uma vez desaparecida esta mesma actualidade ética. É precisamente por isto que um cadáver de ser humano não é um sujeito ético e não é propriamente humano, no sentido que se tem vindo a expor. É também por isto que um cadáver não é confundível com um corpo: este é um com o acto ético da pessoa, o cadáver é, na certíssima expressão popular, “um resto mortal”, resto porque precisamente morto.

A pessoa, o acto ético e político do ser humano é, pois, exactamente isso que falta ao cadáver. Ora, isso recebe tradicionalmente o nome de vida. Assim sendo, para Lavelle, a vida é o acto de inteligência que, infinitamente diferenciado, ergue isso que se distingue do não vivo como acto de sentido, acto de sentido que não se limita ao próprio do ser humano, mas se derrama em toda a entidade capaz de leitura inteligente do acto universal em que se encontra imersa. Lavelle é também um leibniziano, encaminhando-se a sua não concluída teoria do valor para uma nova visão do acto de inteligência como o acto não apenas ontológico por excelência, mas como o acto ontopoiético por excelência, em tendência para uma renovada monadologia participativa, em que cada ser dotado de vida e de inteligência se ergue segundo suas mesmas possibilidades e segundo também as possibilidades contextuais infinitas que o acompanham, numa omni-integração sinfonia de precisosíssimos absolutos de possibilidade ontológica em infinita entre-autoconstrução activa.



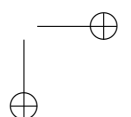
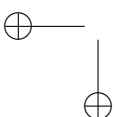


Ética, Ontologia e Antropologia

Se partíssemos do início absoluto, não autónomo, do ser humano, o título desta parte teria de ser “ontologia, ética e antropologia”, mas pelo que já ficou exposto, o que interessa é isso que é o próprio do ser humano enquanto ser humano, irreduzível a qualquer etiologia que não o seu mesmo acto de presença como acto de realidade semântica. Assim sendo, há uma necessária preeminência da ética naquilo que se pode chamar a antropologia presente no pensamento de Lavelle: *o ser humano é eticamente*. A ontologia própria do ser humano, da pessoa, é na forma ética. O estudo da pessoa coincide com o estudo de seu acto.

Quer isto dizer que o estudo da pessoa é impossível, pois não é possível penetrar em seu mesmo acto próprio a fim de a estudar. Tal aventura consistiria numa substituição do acto da pessoa a estudar pelo acto do estudante. Tal é manifestamente impossível e, se o não fosse, arruinaria a experiência, dado que eliminaria o objecto a estudar. É, então, impossível uma antropologia em Lavelle? Se fosse apenas em Lavelle, pensador e académico, não viria grande mal ao mundo, mas a questão, que no pensamento de Lavelle surge de modo muito claro, é muito mais profunda e não se limita a qualquer feito ou defeito da filosofia de Lavelle. É que, e segundo o mesmo Lavelle, do ponto de vista da intimidade ética, onde precisamente se cria o acto próprio de cada ontologia pessoal humana, não é possível qualquer comunicação directa, qualquer observação directa, qualquer inquisitiva inquisição. Há uma total solidão ontológica – tema muito caro ao nosso Autor –: o meu acto, isso que me ergue como isso que sou em acto não é directamente acedível seja por quem for ou de que modo for, isto no plano humano, que é o que aqui nos interessa.

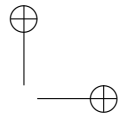
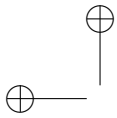
É, assim, impossível um estudo directo do acto próprio de cada ser humano. Repetimos, isto não é questão lavelliana, é algo de



estrutural ao acto próprio da pessoa e constitui a *reserva ontológica própria* que defende a também própria diferença que diferencia ontologicamente cada entidade humana. É, também, o que a defende de todo o acto tirânico, sempre interessado no controlo directo da ontologia própria de cada pessoa.

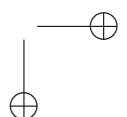
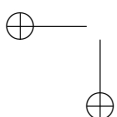
Parta-se deste paradigmático exemplo de perversidade para se perceber como e em que nível é possível uma antropologia, não apenas em e segundo Lavelle, mas em termos absolutos. Todos sabemos que a tirania é uma triste realidade bem real, mas que não se pode exercer directamente sobre o acto ético da pessoa, apenas através da forma indirecta política. Apenas politicamente as pessoas podem comunicar, mediante formas comuns de protocolaridade de linguagem, linguagem nascida em seu mesmo foro ético, mas comungada nesse outro *forum* que é precisamente aquele em que é possível comparar protocolos de experiências éticas. É nesta e desta comparação política que pode nascer e, de facto, nasce a antropologia. *O estudo do acto próprio do ser humano dá-se apenas na forma política da comparação de protocolos comunicacionais de experiência*, de outra forma absolutamente incomunicáveis.

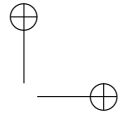
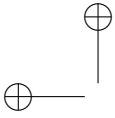
Assim, a antropologia em Lavelle é uma forma política de comunicação de semelhanças e diferenças entre entidades eticamente humanas, sendo fundamental não como disciplina científica ou escolar, mas como o mesmo fundamento comunicacional entre o diferente ético capaz de uma possível comunicação. Esta é sempre política e constitui isso que é o mundo político da interpersoalidade, não como mágica interpenetração invasiva das diferentes – que deixariam de o ser – esferas éticas, mas como lugar da troca de protocolos de linguagem acerca de experiências éticas. É por isto que muitas vezes não é possível, de todo, comunicar a experiência ética havida: ou não há protocolo capaz ou, havendo, não há experiência outra terceira capaz de significar eticamente, isto é, interiormente isso que o protocolo põe politicamente à disposição



de quem o possa inteligir, inteligência impossível sem uma experiência semelhante.

Assim, a antropologia em Lavelle confunde-se com uma teoria política, não no sentido comum modal do termo, mas no sentido de uma *teoria geral da inteligibilidade possível da relação interpessoal* não invasiva. O que a vulgar antropologia faz como teoria acerca do ser humano é feito em Lavelle pela teoria ética, teoria que recobre a teoria ontológica do próprio da pessoa enquanto acto livre próprio auto-poiético, reservando um espaço de atenção para o eterno mistério do dom que antecede esta possibilidade. Antropologicamente, pois, o ser humano começa como um dado de que não é capaz, passa pela sua mesma capacidade de autopoiese e termina na capacidade de transcendência para o âmbito do político. A pessoa só é completa nestas e com estas três dimensões: sem o dom inicial não poderia, de todo, ser; com este dom, mas sem a capacidade ética de o desenvolver, seria uma mera virtualidade (mas o dom é o mesmo acto desta capacidade ética); sem a capacidade política, seria indiscernível de um anjo autista (e o dom inicial encerra também a capacidade de transcendência). É precisamente por encerrar em si toda esta potencialidade que o acto do dom é soberanamente importante: este dom é o absoluto da possibilidade humana de ser e de ser *na relação*. A primeira grande relação é a relação com o dado do dom, é a relação que funda a possibilidade de toda e qualquer outra relação. Ora, todo o acto que daqui recebe a sua possibilidade é um acto de relação. Antropologicamente, *o acto de ser humano é um acto de relação*: com o dom de que parte, com a possibilidade de ser erguer a si próprio, com a possibilidade de erguer o mundo que o transcende; mas é também uma relação em acto de actualização de tudo isto. *É a relação em seu mesmo acto que é criadora*. Compreende-se, assim, a razão pela qual o nada é um nada de relação e o acto puro uma relação infinita consigo próprio.



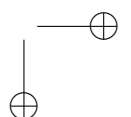
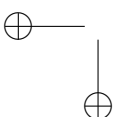


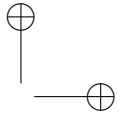
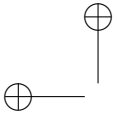
Do Valor como Transcendental Não-subjectivo

A teoria do valor tem uma importância fundamental na filosofia de Lavelle, tendo este dedicado um magistral tratado de cerca de mil e trezentas páginas à sua reflexão, tratado que, aliás, por sua morte, não chegou a concluir. No entanto, Lavelle tem horror ao comum entendimento do termo “valor”, entendimento sempre subjectivista e dependente de uma avaliação relativizadora, mesmo quando se fala, num tal contexto de forma contraditória, de “valores absolutos”. Para Lavelle, o valor é algo de muito diferente: trata-se de um transcendental e de um transcendental transcendente, isto é, não redutível a qualquer forma de imanentização estrita, logo, trata-se de algo não subjectivo, antes objectivo, aliás, absolutamente objectivo.

O valor não se limita a acompanhar o surgimento do ser, como algo de super-aposto fenoménica ou mesmo ontologicamente, ou como algo do tipo de uma reverberação mágica, tipo “radiação” estético-racional ou estético-lógica, dado numa intuição diferenciada da mesma intuição que dá o ser enquanto tal. Neste modo de pensar o valor, o ser “tem” valor. E ser e valor são entidades diferentes, ficando sem se saber como é que se articulam lógica e ontologicamente, sem recurso a formas de magia, tão do gosto de formas incompletas de racionalidade, autocomplacentes na falta de radicalidade e de exaustibilidade de seu objecto.

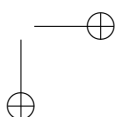
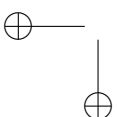
O ser também não é o valor, no que seria uma sinonímia perfeitamente inútil. *O valor é o absoluto da possibilidade do acto presente em cada possibilidade de acto* e é dado por meio de uma intuição, precisamente intelectual... É no presentíssimo *acto do presente* da presença ontológica que sou que posso intuir todo um universo de possibilidades, cuja única realidade é metafísica, pois não existem estas mesmas possibilidades segundo o modo da pre-

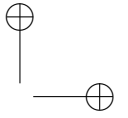
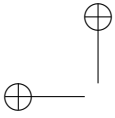




sentificação espaço-temporal. É de entre esta virtual infinitude de possibilidades de actualidade e de acto que tenho de escolher. A escolha dirige-se não a coisas que já aí estejam, mas ao *absoluto de possibilidade de poder vir a estar aí* na forma possível que é a sua. E é isto que é o valor, esta *objectiva possibilidade metafísica de ser*. Tal é dado intuitivamente sem recurso a qualquer forma de sensibilidade, pois o sensível é precisamente o que não pode ser porque já é. É a escolha do absoluto de poder ser de algo que imediatamente o faz ser, faz com que actualize isto em vez daquilo, “aquilo” que é virtualmente infinito. E *isto* só é verdadeira e realmente *isto* porque foi, e porque é o que eu escolhi, sendo que o que não escolhi é o restante infinito universo de possíveis absolutos, que acabei de remeter para a *imediata impossibilidade*: estas possibilidades nunca terão realidade alguma para além da que tiveram enquanto possibilidade, cessaram com a escolha que as preteriu.

O valor é, portanto, um transcendental ontológico transcendente porque metafísico. *A escolha do valor é o processo de imanentização da possibilidade na forma ética da realização da escolha*, escolha cujo fruto pode ficar restrito à pura imanência ética ou transcendê-la no sentido da *agora* política. Sendo assim, o valor não é ditado por uma escolha, *é o que permite a escolha*, pondo diante da inteligência isso que é a virtualidade infinita do absoluto possível de todos os actos possíveis. *Cada escolha ergue um valor em acto e remete, relativamente àquela escolha, todos os infinitos possíveis outros, para a irrealidade*. Cada novo possível acto vai necessitar de uma nova infinitude possível de valores, e assim infinitamente. Percebe-se, pois, a necessidade de um infinito infinitamente infinito *como valor*, no sentido exposto, para que o acto da pessoa possa ser. Compreende-se também melhor qual o significado criacional de cada acto da mesma pessoa. Cada não eleição é um possível absoluto real que fica para sempre impossibilitado em sua mesma absoluta diferença. Pese-se, agora, a importância da responsabilidade ontológica da pessoa. Pese-se e ganhe-se a an-





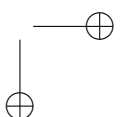
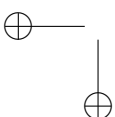
gústia que percorre toda a obra de Lavelle, mesmo nos momentos de maior alegria, alegria que se vive sempre como vitória pontual e precária contra esta estrutural angústia, marca transcendental ética da grandeza ontológica-ontopoiética do acto da pessoa.

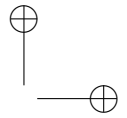
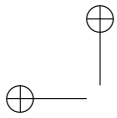
O Bem como Único Verdadeiro Real

Afirmámos já que Lavelle é um platónico, mas a consonância com o mestre da Academia revela-se maior precisamente no sentido do absoluto ontológico presente em cada ente, absoluto que o ergue, não sobretudo na relatividade horizontal perante ou outros entes ou mesmo na relatividade vertical da criação, mas na infinita não relatividade ao nada, que cada ente impede. A intuição do absoluto do bem não diz respeito fundamentalmente a uma qualquer piedosa intuição da generosidade de um qualquer criador, ainda muito relativista, mas à impiedosa intuição da *radicalidade da diferença entre o acto, qualquer, e o nada. O que é é bom porque não é nada*, literalmente. O bem é o absoluto de acto que impede o nada. E de nada importa, como já vimos, o estatuto ontológico *particular* de isso que se opõe ao nada.

O bem, termo ontológico clássico para o absoluto de realidade por oposição ao nada, marca, pois, isso que está “em vez do nada”. Por isto, ser é ser bom, mesmo que ser doa, mesmo que se sofra sendo, experiência em que Lavelle era, aliás, teórico perito: lembremos, por exemplo, o seu tratado *Le mal et la souffrance*, bem como a sua experiência de vida, mormente o tempo passado como prisioneiro de guerra, que dele fez, nestes assuntos, prático e pragmático perito.

Este bem não é confundível com o transcendental ontológico



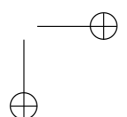
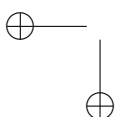


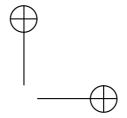
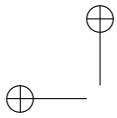
clássico, acompanhante universal do ser: quando afirmámos “ser é ser bom”, tal não deve ser entendido no sentido de que há uma prioridade qualquer, ontológica mesmo, do ser relativamente ao bem; pelo contrário, para Lavelle, como para Platão, é o ser que é transcendental do bem e não o contrário. O que é é porque é bom, isto é, porque *é isso que se opõe absolutamente ao nada*.

O próprio valor, como exposto acima, não é confundível com este bem, é o que, no bem, é manifestável à inteligência. Mas o bem não é esgotável na manifestação à inteligência ou seria uma mera pelicularidade, insubstantiva para além dessa mesma pelicularidade manifestada. Mas o bem também não é algo que esteja “atrás” ou “para lá” da manifestação. Assim como o presente do acto não tem traseiras, sendo, no que é, tudo num mesmo acto unitário, também o bem não se esconde sob uma película fenoménica, ele é o absoluto do acto que tudo ergue, mesmo a película manifesta.

Assim, o bem, em Lavelle, não é fundamentalmente algo que se faça, quando se procede segundo qualquer tabela de boas acções possíveis, por exemplo, mas *o mesmo absoluto actual que tudo ergue*. Ora, parte deste absoluto possível e realizável passa, aqui sim, pela possibilidade activa do acto de ser humano, pelo que *o bem ético diz respeito ao absoluto de acto que cada acto humano introduz na criação*. Note-se que todo o acto humano, porque introduz sempre uma qualquer positividade ontológica, introduz sempre um qualquer bem, pelo que não há actos totalmente não-bons: para tal, seria preciso que um qualquer ser humano anulasse infinitamente o acto universal, isto é, aniquilasse tudo, o que talvez seja pedir demasiado ao ser humano.

Então, e a famosa questão do mal? Onde pára o mal na filosofia de Lavelle? *Possivelmente*, em toda a parte em que haja um qualquer ser humano. Para não descurarmos os chamados males cuja origem não é propriamente ética, diremos que Lavelle não ignorava o erradamente chamado mal físico e seus decorrentes; mas



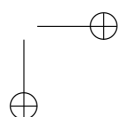
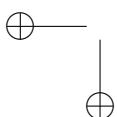


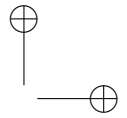
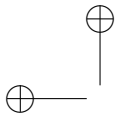
o mal propriamente dito decorre da acção do homem e deve ser tratado como momento possível e real da humana dimensão ética e política.

O Amor como Único Acto Real

Lavelle termina a sua obra fundamental, *De l'acte*, com uma teoria do amor. Em belíssimas palavras, já plenas de um sentido que apenas se obtém na actualização do programático caminho que se faz trepando, é subvertida a comum lógica, ilógica para quem já atingiu o tal ponto culminante de onde a perspectiva é já unificada, de contradição entre liberdade e necessidade. Para quem ama, isto é, para quem assume como acto seu o sentido da presença do bem, em sua radical ontológica positividade, todo o sentido coincide com o mesmo acto já uno de inteligência e de querer do mesmo bem de tudo, absolutamente de tudo. Neste acto, único momento espiritual possível e real, citamos, “la liberté, ne subissant plus aucune contrainte du dehors, devient à elle-même sa propre nécessité.” (*De l'acte*, p. 534)

Todas as razões e motivos possíveis coincidem com o mesmo acto que me ergue: sou a pura unidade do acto que concomitantemente contempla e ama isso que, verdadeiramente, já não é objecto fora de mim, mas sentido em mim, ou eu mesmo na forma do sentido de isso que, agora, na forma do sentido, faz parte de meu mesmo acto. Ao ser assim, este acto de amorosa contemplação é não só um acto livre, pois é totalmente gratuito, mas é sobretudo um acto criador, pois o querer o bem próprio de algo, sem mais, na tal gratuidade, permite que esse algo seja, co-cria a sua possibilidade. A grandeza deste poder verdadeiramente ontológico percebe-se, talvez melhor, por contraposição: se não amar a possibilidade de algo, não permitirei esse algo, pelo que mato a sua



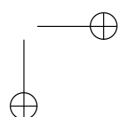
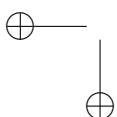


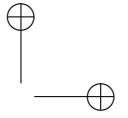
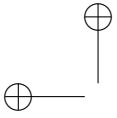
possibilidade e, com ela, a sua mesma realidade, que, assim, já não pode ser.

Mas, para poder amar a possibilidade de algo, tenho de poder ter dessa mesma possibilidade uma inteligência o mais perfeita possível. Ao inteligir o que a possibilidade de algo é, passo a *amar isso que é o seu absoluto ontológico na forma da possibilidade*, o seu valor, permitindo, assim, a sua realização, no que nela depende de mim.

É por esta razão que o acto de amor é o único acto verdadeiramente real, pois é ele o único que permite a actualização do possível na forma semântica da presença. Tocamos, aqui, o ponto fundamental da possibilidade de comunicação entre os actos, pois, se a comunicação política potocolar é fundamental para a constituição de uma comunidade ontológica, ética e política, ela é, ainda, uma forma de comunicação apenas de tipo contemplativo e meramente de *forum*; não tem presa ontológica no seio do outro acto. Mas, e não estamos a desmentir o que se disse anteriormente, o amor é a única forma real de comunicação, pois tem verdadeira presa interior ontológica no acto terceiro: o querer o bem possível de algo que me transcende pode significar a sua possível realização; o meu não querer pode significar a pura e simples aniquilação da possibilidade de sua realização.

Assim, o amor *comunica ontologicamente a possibilidade da actualidade*. Mais nada o pode fazer. Quem ama não se limita a contemplar o chamado objecto de amor, *ajuda a criá-lo*, por meio do que acrescenta de possibilidade às suas possibilidades. Compreende-se, assim, de uma forma muito mais nobre, a possível relação entre o ser humano e o mundo, não como uma qualquer forma de senhorio ou de dominação, mas de acto de amor e de amor na forma do sentido, isto é, relação tipicamente espiritual e, portanto, também gratuita: “Il n’y a pas d’autre justification du monde que celle-ci, c’est que je puisse toujours découvrir en lui de nouveaux objets à vouloir, à comprendre et à aimer. L’acte



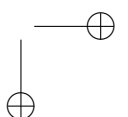
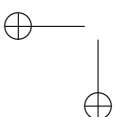


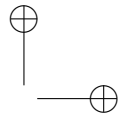
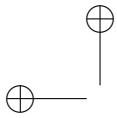
d'aimer, c'est la perfection même de l'acte de vouloir e de l'acte de comprendre." (*De l'acte*, p. 535)

Não se quer o mundo para o possuir ou para o contemplar desde fora, quere-se o mundo para se amar o mundo, isto é, para lhe permitir atingir o seu máximo ontológico possível. Este mesmo acto de amor unifica não apenas esse que ama em acto, mas o próprio amado. O amor funciona como um transcendental unificador máximo, não como o "Deus-Ideia" do topo da pirâmide transcendental kantiana, mas como o acto total criador de sentido *e das coisas possíveis apenas na forma do sentido*, não como mágica relação entre um *cogito* autista e sabe-se lá o quê de transcendente (a coisa em si, qualquer seja), mas como isso que contraria absolutamente o nada e que é a presença, termo com que Lavelle assinala esta incontornável realidade semântica que, mais do que nos habitar, como os pensamentos habitam um *cogito* de outro modo vazio, nos constituem como unidade própria e inalienável de sentido: a alienação deste sentido unitário corresponde à aniquilação da pessoa, seja de que forma for, sendo a morte física apenas uma variante possível.

A ética de Lavelle termina ou começa verdadeiramente, como se queira, com uma teoria do amor, em que já não há discernibilidade possível entre a pessoa que ama e o mesmo amor com que ama, em que a pessoa é o mesmo acto de amor que é, *que a ergue como um bem querer de tudo e de todos*. Temos, aqui, de uma forma muito bela, a indicação racional da forma precisa de como atingir a agostiniana "cidade de Deus", isto é, não um paraíso escatológico num qualquer além, mas o mesmo reino do amor universal, possível se todos os seres humanos se transformassem nestes actos de amor, de inteligência e vontade unas de universal bem. Não se trata de uma utopia, mas de uma *racionalíssima possibilidade*, apenas desmentida historicamente, mas indesmentível teoricamente, senão por hobbesianos autocomplacentes lobos.

Lavelle não falava de uma forma meramente especulativa, tinha experiência ética e política neste e deste sentido: por exemplo,



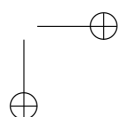
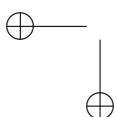


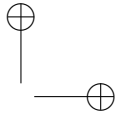
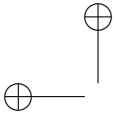
enquanto prisioneiro de guerra, na Grande Guerra de 1914 - 1918, organizou formas de actividade enobrecedora de seus camaradas de cativo, incluindo uma espécie de “universidade” entre arame farpado. Tal actividade releva precisamente do sentido do amor pelo que é e sobretudo pelo que *pode de melhor ser*, a tal razão de ser do mundo como fonte de vontade e de inteligência amorosa, ontologicamente amorosa. De tal modo entende Lavelle ser elevado este acto amoroso, que o vê não apenas como forma criadora no sentido já exposto, mas chega a dizer que é uma forma de o próprio Deus se amar a si próprio no e pelo amor da própria pessoa: “c’est l’amour pur qui s’aime aussi en nous.” (*De l’acte*, p. 536)

Da Angústia como Tensão Infinita para uma Plenitude Infinitamente distante

Querer resumir adjectivamente a substância seja do que for é sempre sinal de superficialidade, pelo que sempre nos recusamos a dizer coisas como, por exemplo, “a filosofia de Lavelle é optimista” ou quaisquer outras do mesmo estilo. O facto de todo o pensamento de Lavelle se ordenar em torno do sentido da absoluta positividade ontológica do que é não faz dele um optimista, antes alguém que chegou a tal evidência ontológica por meio da reflexão acerca da fragilidade desta mesma positividade ontológica, sempre, no que ao ser finito diz respeito, na iminência de uma possível aniquilação, numa semântica ontológica em que nada permanece senão o mesmo acto da presença da mesma transiência.

A par com o sentido da absoluta positividade do que é, há, na filosofia de Lavelle, a indelével presença da angústia: angústia in-



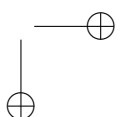
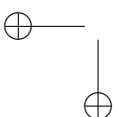


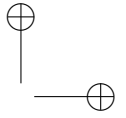
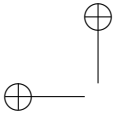
superável perante a possibilidade da aniquilação de um acto que não é infinito em acto, embora o saiba ancorado nesseoutro infinito em acto, mas com o qual não coincide; angústia insuperável e transcendental ao acto semântico da pessoa que, mesmo sabendo-se ancorada em tal acto infinito, sabe também que nunca poderá atingir uma perfeição de que é capaz, mas apenas em infinita aproximação. Angústia pascaliana, mas também angústia crística, de quem sabe que tem de beber o cálice da experiência da finitude.

Mas é precisamente a angústia de quem não pode possuir a “segurança metafísica” de que se falava no início, de quem sabe que bem e mal humanos e humanamente possíveis passam por seu mesmo acto, sem desculpas, sem redenção ontológica em caso de perversão da ontológica vocação para o valor como absoluto positivo do acto possível. Angústia de quem sabe, como o Job bíblico, que, qualquer que seja o seu acto, *já tem*, nas palavras do próprio Cristo, *a sua recompensa*: o que faço de meu acto acompanha, na imanência ontológica própria do que sou, transcendentalmente, o meu acto, constituindo o meu céu ou o meu inferno próprios. A hipóstase fundamental do bem que actualizei sou eu próprio e o mesmo se diga da hipóstase do bem que não realizei e poderia ter realizado, mais conhecido por mal.

Há, assim, uma outra forma de angústia, de que normalmente todos fugimos, que é a da necessária identificação do que fiz com o que sou propriamente, sendo que o mais não é meu, não sou eu. Assim se pode perceber a importância fundamental da relação entre ontologia e ética e ética e ontologia, não havendo, *na pessoa finitamente pronta*, diferença alguma possível entre os dois âmbitos, senão o seu mesmo, mas impróprio cadáver, isto é, toda a passividade, a que não podemos chamar propriamente sua.

Num mundo em que a pior desumanização passa pelo aparentemente persistente e ramificado paradigma da degradação ontológica do ser humano em formas redutoras inferiores, paradigma que atingiu a sua máxima expressão na paroxística perversão onto-





lógica nazi, paradigma seguido em muitos âmbitos políticos hodiernos, mesmo em certas ditas ciências, o sentido da indefectível nobreza ontológica do ser humano, nobreza conferida não por qualquer estatuto fabricado, mas por seu mesmo acto, em sua mesma bondade, pode ser um contributo fundamental para reencontrar contemporaneamente formas de exaltação do propriamente humano na pessoa, irreduzível a qualquer interesse tirânico ou oligárquico, restituindo ao propriamente humano a dignidade ontológica que nunca deveria ter perdido. Mas é preciso que, num qualquer destes campos de concentração, mais ou menos confortáveis, em que nos habituámos a viver, haja alguém que promova a libertação do ser humano.

Sempre foi esse o papel da filosofia. Que se cumpra, pois.

